

# JM GOVERNO, SR. PRESIDENTE!

Raul Pilla

3.9.46

(Para os Diários Associados)

Ninguém pode pôr em duvida a gravidade da situação em que se encontra o país. Todos os nossos erros passados confluíram, agravando-se mutuamente, nesta tremenda conjuntura, em que se acha o mundo civilizado. Se situação existe que justifica, que exige um governo, um grande governo, esta é a nossa.

Entretanto, o que nos está faltando, justamente, é governo. Sentem-no, sabem-nos todos. Os acontecimentos que nos ultimos dias se desenrolaram na capital da Republica são, ainda, uma prova disto. Temos autoridades que dispõem da força e dos outros recursos do Estado, mas governo, propriamente, isto é, orientação clara, definida, congruente e efetiva, não o temos.

Não val nestas palavras nenhum desejo de ferir o sr. presidente da Republica, de cujas patrióticas intenções não é licito duvidar. Mas a verdade precisa ser dita por quem quer que tenha uma parcela de autoridade na politica nacional, quando dependendo está, do reconhecimento da verdade, a propria salvação do Brasil.

Não temos governo, não temos governo à altura da gravíssima situação, porque tudo, tudo depende de um homem — o presidente da Republica — e não há um homem, por mais capaz, que possa hoje, por si só, governar um país e, ainda menos, um país oprimido pelas tremendas dificuldades do nosso. O resultado fatal deste sistema é que o Presidente, que a tudo devera prover, que por tudo devera responder, realmente não governa, apesar das suas prerrogativas de soberano quase absoluto: quando muito, reage incoordenadamente aos acontecimentos que o salteiam.

Não temos governo e a culpa cabe, por certo, aos homens que o compõem, mas é também, em sua máxima parte, do sistema que, com a Republica, se estabeleceu. O do poder pessoal e o pior, o mais perigoso e o mais ineficiente dos governos. E outra coisa não é o presidencialismo, senão o poder pessoal legitimado por uma constituição. O sr. presidente da Republica está sendo vítima, também, do sistema, força é reconhecê-lo; mas a justiça manda dizer que não é vítima inocente.

Pudera haver-se resolvido cabalmente o problema institucional do Brasil, se a tentativa não se tivesse oposto o sr. presidente da Republica, com o peso incontrastavel da sua autoridade. Movida por considerações doutrinarias, de um lado, e pelas contingencias do momento, do outro, estava a Assembleia Constituinte propensa a ensaiar o sistema parlamentar: impediu-lho a manifestação de quem, despojando-se do poder pessoal, seria, tanto como a Nação, beneficiada pela reforma. Assim, dadas as praxes longamente estabelecidas e a mentalidade delas resultante, cabe mais ao Supremo magistrado, que à Assembleia Constituinte, a responsabilidade da falta.

Mas nem tudo está perdido. Se, sob o aspecto formal, já não se pode voltar atrás, pois seria a mais estranha coisa deste mundo reformar-se uma constituição antes de promulgada, pode, todavia, o sr. presidente da Republica instituir uma praxe nova e salutar por baixo da rigidez dos textos. Pode agora s. exa., o que já não pode a Assembleia Constituinte. Por isto mesmo, duplicada está a sua responsabilidade.

Com efeito, se a letra da Constituição continua a fazer, dos ministros, meros servidores pessoais do chefe do Estado, como na era da monarchia absoluta e a unica concessão que se lhes fez foi a de poderem vir dar, em pessoa, o seu recado às Câmaras, nada impede que o presidente da Republica lhes eleve, de motu proprio, a categoria, formando a seu lado um gabinete, responsavel perante o Parlamento por um programa definido e concreto do governo, programa que, na atual conjuntura, seria verdadeiramente de salvação nacional.

Como haveria de proceder s. exa.? Muito simplesmente. Começaria por agradecer gentilmente a seus atuais ministros os serviços e os desserviços prestados e lhes pediria deixassem os cargos, a fim de permitir a reorganização do governo. Isto posto, convidaria, dos chefes parlamentares, aquele que, por suas qualidades pessoais e seu prestigio politico, lhe parecesse mais indicado para formar um grande ministerio, isto é, um gabinete capaz de conciliar o apoio, senão de todos, pelo menos da maioria dos partidos representados na Assembleia. Se conseguisse organizar tal ministerio, apresentaria-o perante o Parlamento o leader escolhido, a fim de lhe submeter o seu programa de ação. Desaprovado este, convidaria o presidente da Republica outro chefe parlamentar para empreender a mesma tarefa. Aprovado, pelo contrario, o programa e manifestada a confiança nos executores dele, teria o sr. presidente da Republica constituído um verda-

(Continua na 6.ª página)

deiro governo, um governo uno, coeso, responsavel pela realização de um programa determinado e revestido da necessaria autoridade para executá-lo. E por-se-ia termo ao espetáculo pouco edificante de ministros que não se entendem e não sabem, sequer, uns dos outros, de ministros que, se por nada respondem, também nada podem e, a não ser para coisas somenos ou escusas, tudo esperam dos acenos de um homem. E acabar-se-ia com isso que, mais que tudo, gera a descrença: serem logo abandonadas, ou por outros modos anuladas, providencias salutaras, necessarias e imperiosas, verdadeiras providencias de salvação publica.

Tal é a encruzilhada diante da qual se acha o sr. presidente da Republica. Digo mal: em verdade, s. exa. já enveredou pelo lado esquerdo, pelo caminho sinistro, quando pôs a sua influencia a serviço da ditadura presidencial; mas é tempo, ainda, de recuar e tomar pelo caminho direito. Para tanto, basta que s. exa. se queira livrar dos enganosos e, agora, mais que funestos encantos do poder pessoal.

Um governo, governo de salvação nacional, é o que reclama a Nação angustiada. Faço justiça aos escrúpulos de quantos quiserem primeiro a constituição, para depois formar-se tal governo: são escrúpulos muito respeitáveis. Eu, porem, entendo que a necessidade mais urgente era um tal governo, não só por não estar o País em condições de esperar, senão também porque, criado o novo ambiente, poderia elaborar-se com maior calma e liberdade a constituição de que necessitamos. Hoje, porem, perdem à questão a sua razão de ser: bom ou mau, e há por poucos dias o novo estatuto politico. E o que se quer, o por que se chama é, agora, simplesmente, um governo. Concedê-lo à Nação está, exclusivamente, nas mãos do sr. presidente da Republica.